

RECUPERAÇÃO DO SOLO DA BH DA ÁGUA DAS PEDRAS, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO USO DO SOLO

M. A. Sajovic Martins; S. Otutumi; C. R. Wohnrath; O. J. Vischi Filho*

Agência de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo – ADAESP, Av. Brasil, 2340, CEP 13073-001, Campinas-SP.

* eda.bauru@cda.sp.gov.br

A Lei Estadual 6.171, de 04 de julho de 1988 e seu decreto regulamentador: 41.719 de 16 de abril de 1997, foram elaborados para disciplinar o uso, a conservação e preservação do solo agrícola no Estado de São Paulo. Considerada como uma legislação inteligente e coerente, fornece ao causador de danos ao solo, a oportunidade de repará-los.

A aplicabilidade dessa legislação é de competência da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, através da Agência de Defesa Agropecuária do estado de São Paulo-ADAESP, que fiscaliza as propriedades agrícolas localizadas nos quarenta Escritórios Regionais – EDAs.

A não observância, ou, a não utilização das práticas conservacionistas vem colocando em risco o solo agrícola. Cerca de 200 milhões de toneladas de solo fértil agricultáveis são perdidas anualmente devido aos processos erosivos. Deste total, 50 milhões de toneladas são carregadas aos rios e reservatórios das Usinas Hidrelétricas, causando assoreamento e, no caso das hidrelétricas, diminuindo sua vida útil programada, causando um prejuízo enorme ao Estado de São Paulo e ao Brasil, que necessitam da produção de energia elétrica para o seu desenvolvimento.

Com a perda de solo através das erosões, perde-se em produtividade, gasta-se mais para produzir, utiliza-se cada vez mais insumos importados, pagando altos valores de fretes, onerando os custos de produção e em várias circunstâncias fazendo-se necessário refazer as camadas férteis desses solos, com a adição de material orgânico adquiridos a altos valores.

Além da perda do solo, devemos atentar para outro problema grave decorrente da não infiltração das águas pluviais no solo. Anualmente são 9,9 bilhões de m³ de águas que escorrem para os rios carregando consigo partículas de solo, nutrientes e agrotóxicos. Para se ter uma idéia do volume, estas águas poderiam abastecer uma população de 100 milhões de habitantes, ou seja, se concentradas em um único local teriam uma vazão de 314 m³/s, seria o equivalente a um lago de 90km de comprimento por 5km de largura e 20 metros de profundidade. (LOMBARDI, s.d.).

Como podemos analisar, a má utilização dos solos agrícolas vem causando prejuízos aos agricultores, ao meio ambiente, às concessionárias de energia elétrica, aos governos estadual e federal e, conseqüentemente, aos cidadãos que acabam pagando a conta, seja na forma do aumento dos preços dos alimentos, seja devido ao aumento do preço da energia elétrica ou, com a perda maior, que é a ambiental.

Com a aplicação desta legislação, o estado está cumprindo o seu papel, protegendo a principal base do agronegócio paulista, o nosso solo, contribuindo assim para uma melhora do meio ambiente.

O Escritório de Defesa Agropecuária de Bauru – EDA/Bauru, em julho de 2000 recebeu um Ofício do Comandante da Segunda Companhia de Polícia Florestal e de Mananciais encaminhando um Boletim de Ocorrência solicitando fiscalização no local tendo em vista as erosões existentes na propriedade e assoreamento de uma represa que é usada para abastecimento geral, causada por propriedade à montante. A propriedade objeto da denúncia pertence à Bacia de Contribuição do Córrego Água das Pedras município de Avaí.

O EDA/Bauru, através de seu corpo técnico realizou um trabalho de reconhecimento da área, através de um estudo das Cartas Topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Cartografia-IBGE escala 1:10.000 e 1:50.000 e de fotografias aéreas tiradas nos vôos datados de 10 de agosto 1972 e 25 de junho de 1.972.

A bacia de contribuição foi localizada, definida e demarcada na cópia da carta topográfica. Foi observada a geografia do terreno e o tipo de solo predominante.

Verificou-se que o Córrego Água das Pedras tem sua nascente no Sítio São José, no Município de Avaí Estado de São Paulo. O Córrego Água das Pedras deságua na Macro Bacia Médio Batalha. O Rio Batalha é um importante afluente do Rio Tietê.

Basicamente são encontrados dois tipos de solo nesta Bacia de Contribuição: Latossolo Vermelho distrófico típico e Argissolo Vermelho distrófico típico.

A área de Contribuição do Córrego Água das Pedras tem aproximadamente 1000ha, e tem como sua atividade principal a pecuária extensiva de corte, ovinocultura é encontradas em uma propriedade, a cultura do milho ocupa 1,0% e mata natural 8% da área total. A bacia de contribuição é composta por 12 propriedades agropecuárias.

Após esse levantamento prévio, a equipe foi a campo onde visitou todas as 12 propriedades, marcando as coordenadas das propriedades e das erosões, utilizando-se um receptor GPS modelo Garmin 12, tiraram-se fotos das áreas danificadas, lavrou-se um Termo de Inspeção por propriedade, relatando o ocorrido. Foram autuados 6 proprietários cujas propriedades continham danos ao solo agrícola, e os mesmos foram classificados conforme o Decreto Estadual 41.719/97, a Portaria CATI nº 6/97 e Resolução SAA nº 7/97

Os tipos de danos levantados nas inspeções são descritos na tabela 1.

Tabela1 – Tipos de danos encontrados na bacia de contribuição do Córrego Água das Pedras

TIPO DE DANO	ÁREA COM DANO (ha)	QUANTIDADE DE SULCOS
Erosão laminar moderada	17	-
Erosão em sulco superficial ocasional	9	-
Erosão em sulco superficial freqüente	7	-
Erosão em sulco raso freqüente	14	40
Erosão em sulco profundo ocasional	8	-
Erosão em sulco profundo freqüente	11	6
Erosão em sulco profundo muito freqüente	15	-
Erosão em sulco muito profundo ocasional (voçoroca)	7	-
Erosão em sulco muito profundo freqüente	13	-
Assoreamento curso d'água e bacia de acumulação	-	-
Construção de caminhos de forma inadequada	1	-
Total	102	46

Tabela1 – Tipos de danos encontrados na bacia de contribuição do Córrego Água das Pedras.

Todos os autuados apresentaram projeto técnico elaborado por Engenheiros Agrônomos, conforme roteiro constante da Resolução SAA nº 7/97, onde as classes de capacidade de uso do solo foram classificadas e um cronograma de obras foi proposto. Os projetos foram analisados pelos técnicos do EDA/Bauru, e autorizadas as implantações.

Para a recuperação das áreas com danos, isolaram-se as áreas erodidas

Reconstrução dos terraços somente em áreas de latossolo.

Divisão de pastos em piquetes menores e distribuição de água em bebedouros metálicos e cochos de sal.

Proteção das cabeceiras das erosões em sulco profundo, desviando o escoamento das águas, pluviais para áreas adequadas e promovendo a diminuição da velocidade.

Reflorestar as áreas de erosão muito profundas utilizando Eucalipto no entorno (3x2metros) e árvores nativas e ou bambu no interior.

Impedimento do acesso dos animais nas Áreas de Preservação Permanente para que ocorra a recomposição.

Foram executadas a calagem e adubação conforme análise de solo.

O solo agrícola da bacia contribuinte do Córrego Água das Pedras, foi recuperado e está sendo explorado de maneira correta e racional devido à aplicação da Lei do Uso, Conservação e Preservação do Solo Agrícola. Com isso houve um aumento da produtividade e da produção nas propriedades, aumentando-se: a quantidade de bovinos por ha, a quantidade de nascimento de bezerros.

Quanto à fertilidade do solo, houve uma melhora significativa, estando as pastagens com uma cobertura vegetal mais uniforme, proporcionando uma maior proteção ao solo e consequentemente maior infiltração de águas pluviais, abastecendo o lençol freático, evitando processos erosivos que eram comuns nessas áreas

Pelegrinette, J. R.; Calafiori, J.A.; Wonhrath, C. R. Instruções Básicas de Fiscalização de Conservação do Solo. CDA, Campinas, 2001.

São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, v. 98, n. 123, 05/07/88. Lei no 6.171, de 04 de julho de 1988. Dispõe Sobre o Uso, Conservação e Preservação do Solo Agrícola. São Paulo, 1998.

São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, v. 107, n. 73, 17/04/97. Decreto Estadual no 41.719, de 16 de abril de 1997. Regulamenta a Lei no 6.171, de 04 de julho de 1988, que Dispõe Sobre o Uso, Conservação e Preservação do Solo Agrícola. São Paulo, 1997.

São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, p.8, DOE Executivo I, 12/05/2000. Decreto Estadual no 44.884, de 11 de maio de 2000.

São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, p.2, DOE Executivo I, 07/10/2000. Decreto Estadual no 45.273, de 06 de outubro de 2000.